

## **Os Seminários Locais de Calvia e a Participação dos Cidadãos rumo a sustentabilidade no marco da Agenda Local 21**

Desde a aprovação da adesão a “Carta de Aalborg” pelo Pleno municipal e o começo do longo processo da Agenda Local 21 em Calvia foi criado e aprovado o Plano de Ação. Agentes locais e a administração municipal de Calvia se reuniram diversas vezes para tratar do Foro Conselheiro Cidadão . Nessas sessões do Fórum foi tratado de forma especial, todos os aspectos que configuram um desenvolvimento sustentável em um município turístico.

Brevemente, há vários fragmentos sobre as atas de tais sessões que entende substituir de forma objetiva a realização do seminário local previsto no projeto refletindo a opinião de cidadãos sobre o desenvolvimento urbanístico, social, econômico e meio ambiental do município.

09/10/97 Ata de constituição do Fórum Conselheiro Cidadão.

“Na sala de exposições da Prefeitura de Calvia, com a assistência da Prefeita D<sup>a</sup> Margarita Nájera Aranzábal e dos Tenentes de Prefeito D. Anselmo L. Martín Portillo e D. Gabriel A.Z. Catalã Ribó, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas e culturais e outros cidadãos a título pessoal interessados em participar no processo de desenvolvimento da Agenda Local 21 para Calvia. O objetivo é constituir o Foro Conselheiro Cidadão.

Apresentado o ato, o Diretor da Área de Presidência da Prefeitura explica aos presentes que o Foro Conselheiro que vai ser constituído se configurará como um órgão assessor e consultivo de participação direta dos cidadãos no processo de desenvolvimento da Agenda local 21, no seio da qual serão contrastados e priorizados diferentes programas que serão propostos através das Áreas Temáticas Chave. (ATC)

A Prefeita demonstra que, tendo em vista a importância dos temas que serão tratados por ocasião do desenvolvimento da Agenda Local 21, o objetivo primordial do Foro é o de juntar os esforços pessoais em uma tarefa coletiva, de maneira que possamos confrontar o desenvolvimento de Calvia a partir da ótica de sustentabilidade, econômica, meio ambiental, social e patrimonial.

O Sr. Fernando Prats informa que os trabalhos elaborados pelos grupos de profissionais responsáveis pelas diferentes Áreas Temáticas Chave estão em uma fase avançada. Nesse momento esses responsáveis pelos trabalhos podem apresentar aos presentes as conclusões dos trabalhos já realizados.

Em relação a isso, o Sr. Esteban, relacionado ao ATC de água, energia, resíduos, transportes e ciclos de materiais, explica que seu trabalho concentrou-se em determinar a situação atual do município nesses aspectos, defendendo as

possíveis atuações para conseguir que esses serviços possam ser mantidos e melhorar os atuais níveis com o menor impacto ambiental possível. Ele diz que esses objetivos poderão ser conseguidos com a aplicação de programas e políticas de reutilização, reciclagem, tratamento, melhora de transportes, etc.

No que se refere o ATC de economia, turismo e diversificação, o Sr. Prats manifesta-se dizendo que, de acordo com os estudos realizados, a situação atual em tais aspectos é bastante sólida, mas que serão propostas medidas necessárias para que Calvia possa ser competitiva nessas matérias, especialmente atuando em: qualidade de emprego, competitividade, redução da estacionalidade e dinamização do mundo rural.

O Sr. Morey, como responsável do ATC de sistemas naturais, terrestres e marítimos, informa sobre os efeitos da pressão humana sobre os sistemas naturais, terrestres e costeiros, enfatizando que apesar da considerável pressão humana sobre esses sistemas, a paisagem geral de Calvia segue apresentando oportunidades esplêndidas, e que os programas realizados através dos trabalhos contemplam cenários de reabilitação e com possibilidades de execução, mas que será necessário sacrifício em todos os níveis.

Em relação ao ATC sobre sistema territorial e urbano, o Sr. Machado diz que estudou o sistema urbanístico local desde o ponto de vista ambiental referente a cada um dos núcleos urbanos de Calvia, tanto os cenários pré-turísticos quanto os atuais. Assim, ele desenhou as possíveis atuações através de um tratamento diferenciado para cada uma das zonas e concluiu que não é possível que Calvia suporte a situação que chegaria conforme as previsões do PGOU vigente no momento em que se iniciou o estudo. A atual situação deve ser considerada, analisando o Plano considerado atualmente, composto por critérios de sustentabilidade e evitando a ocupação do novo território.

O Sr. Tarabini, de acordo com o ATC sobre população e qualidade de vida, avança nos resultados do estudo que está sendo realizado sobre esses temas e sobre desequilíbrios e riscos inicialmente detectados, especialmente em relação à desigualdade da pirâmide populacional, em sua distribuição territorial, emprego estacional e baixa qualificação. Ele ressalta que o nível de infra-estruturas e equipamentos é considerável aceitável, mas ainda é preciso a solução de problemas que atuam em âmbitos sócio-econômicos e de coesão social a longo prazo para garantir qualidade de vida aos cidadãos de Calvia.

Na continuação abre-se um amplo debate entre os assistentes sobre diversos temas que afetam a Agenda Local 21, expondo os riscos de uma atuação isolada em âmbito municipal, a necessidade de reduzir os picos turísticos no verão, sistematização da participação nos Grupos de Trabalho, necessidades de redução de consumos de água e de resíduos urbanos, sua reutilização, previsões de financiamento dos programas, necessidade de mobilizar toda a sociedade nos processos, etc.. As questões forma respondidas e informadas pela Prefeita e pelo Sr. Martín.

Em seguida a Prefeita procede a leitura do Manifesto de Constituição do Foro Conselheiro Cidadão da Agenda Local 21 para Calvia. Então, é assinado pelos presentes da reunião favoráveis, expressando a manifesta vontade de participar do processo de transformação de Calvia em um lugar que mantenha os princípios de sustentabilidade econômica, social e meio ambiental. “

03/12/1997 Sessão Plenária do Foro Conselheiro

“Na sala de exposições da Prefeitura de Calvia, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas e culturais e outros cidadãos a título pessoal que constituem o Foro Conselheiro Cidadão. Eles estão interessados em participar do processo de desenvolvimento da Agenda Local 21 para Calvia, com o objetivo de conhecer e debater o conteúdo do Avance da revisão do Plano Geral de Ordenação Urbana de Calvia.

No ato estão presentes D<sup>a</sup> Margarita Nájera Aranzábal, Prefeita de Calvia, D. Francesc Quetglas, D. Francesc Antich e D<sup>a</sup> Mercè Amer, representante do Conselho Insular de Maiorca e D. Angel García Grimalt, Conselheiro, assim como o Arquiteto Diretor dos trabalhos de revisão do PGOU Sr. Dañobeitia, o redator do documento da Agenda Local 21, o Sr. Prats e a Coordenadora da Agenda Local 21 para Calvia, Sr<sup>a</sup> Suau.

Apresentado o ato pela Sr<sup>a</sup> Suau, a Prefeita intervém agradecendo a presença de todos os assistentes e ressaltando que, como já foi dito na convocatória realizada, o motivo desta reunião é informar aos membros deste Foro sobre as linhas básicas da revisão do Plano Geral iniciada pela Prefeitura. O objetivo é se configurar como elemento essencial para enfocar o futuro desenvolvimento urbanístico do município por meio de um enfoque de sustentabilidade baseado em três linhas estratégicas como a melhoria das condições e de qualidade de vida dos residentes, a preservação da paisagem natural e urbano e a não ocupação de novos territórios.

O Arquiteto Diretor da equipe redatora do Avanço do Plano Geral faz uma resenha histórica sobre a evolução do urbanismo em Calvia, e das circunstâncias que transformaram um município tipicamente rural e com uma economia precária em um município de grande potencial econômico.

Ele detalha as linhas gerais em que se basearam os trabalhos até a presente data já realizados e que permitiram apresentar a documentação que integra o Avance. Assim como também as linhas mestres desenvolvidas na revisão que se propõe, entre as quais se destaca as motivações de exclusão definitiva do processo de solos urbanizáveis que foram desclassificados cuidadosamente, manutenção do caráter urbanizável de determinadas zonas para potenciar a residência permanente a um preço acessível, propostas de criação de novos equipamentos de oferta complementar turística em zonas urbanas não

desenvolvidas, potencial de itinerários de interesse ambiental e paisagístico e de integração dos núcleos costeiros e potencial de proteção de solos rústicos.

Em seguida, o Sr. Prats intervém manifestando que o aspecto central do Plano Geral atualmente em fase de revisão é de equilibrar o conjunto do território, de maneira que fique controlada a atual pressão humana sobre o mesmo, evitando um desenvolvimento urbanístico que supere as capacidades de limitação de todo o sistema. Ele ainda parabeniza a Prefeitura de Calvia por ter tido a coragem de desclassificar 1500 hectares de solo anteriormente urbanizável.

Na continuação abre-se uma rodada de intervenções por parte dos assistentes, relacionados aos diferentes temas que afetam o Avanço apresentado e ao desenvolvimento da Agenda Local 21, particularmente em relação à necessidade de declarar oficialmente como parques naturais “Sierra de Na Burguesa” e Ilhas Malgrats, transporte público, atuações em matéria de residências, solos urbanizáveis, “Paseo de Calvia”, prolongação da via de comunicação entre a atual rodovia e a zona de Andratx, reciclagem de resíduos, consumo de água e energia e futuro calendário de temas e reuniões que ainda serão tratados. Questões que são informadas e respondidas pela Prefeita, o Sr. Quetglas e demais técnicos assistentes da reunião.

Finalmente a Prefeita toma a palavra manifestando que, como já conhecem os reunidos, Calvia foi premiada pela União Européia com o Prêmio de Cidades Sustentáveis 1997, prêmio que recebeu com orgulho e satisfação em nome de todos os cidadãos de Calvia no dia 24 de Novembro em Bruxelas. Ela ressalta que esse prêmio foi obtido graças ao esforço de todos os setores econômicos, profissionais, sociais, civis e dos cidadãos de Calvia pela colaboração prestada a Prefeitura nas atuações realizadas, e que tem maior importância porque foi conseguido para um território ao sul da Europa, que empreendeu uma política ativa de recuperação de seus espaços e de aplicação de princípios de desenvolvimento sustentável “.

01/07/98 Sessão Plenária do Foro Conselheiro

“Na sala de exposições da Prefeitura de Calvia, às dezenove horas e vinte minutos do dia primeiro de julho de mil novecentos e noventa e oito, e respondendo a convocatória realizada pela Prefeitura de Calvia, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, económicas e culturais e outros cidadãos a título pessoal que constituem o Foro Conselheiro de Cidadãos. Eles estão interessados em participar do processo de desenvolvimento da Agenda Local 21 para Calvia, com o objetivo de conhecer e debater o documento de síntese elaborado como resultado dos trabalhos técnicos realizados pelas diferentes Áreas Temáticas Chave e das sugestões e propostas formuladas no centro das Comissões Temáticas”.

A reunião é dirigida por D. Margarita Nájera, Prefeita de Calvia, e integrando a mesa os senhores D. Manuel Suárez, Tenente de Prefeito, o coordenador dos trabalhos da Agenda Local 21 D. Fernando Prats, o Diretor de Presidência de Prefeitura D. Javier Bustamante e a Coordenadora da Agenda Local 21 para Calvia, Sr<sup>a</sup> Suau.

Apresentado o ato pelo Sr. Bustamante, a Sr<sup>a</sup> Prefeita intervém agradecendo a presença de todos os assistentes e a colaboração prestada na elaboração do documento que hoje se apresenta ao Foro tanto por parte dos técnicos e profissionais editores como por parte dos componentes das diferentes Comissões Temáticas. Ela considera que este documento permitirá consolidar a mudança iniciada em Calvia com uma previsão de crescimento futuro e real e desenvolvimento sustentável, desenhando as grandes linhas de atuação que se baseará a política municipal durante os próximos anos e evitando as graves ameaças que ocorreriam se fosse mantido atual modelo de crescimento.

O documento contém não somente um processo de análise e definição de futuro para Calvia, estabelecendo um método para poder discutir em conjunto as idéias e interesses de todos os setores da Sociedade, mas também poderá ser utilizado como ferramenta pedagógica e de planificação de atuais atuações através da participação e do compromisso de todos, representando uma oportunidade de trabalho em equipe de forma sistemática e sustentável.

Em seguida, o Sr. Fernando Prats intervém explicando que o processo de trabalho que está sendo desenvolvido desde a data de elaboração do documento inicial da Agenda Local 21, permitiu elaborar o informativo provisório que hoje se apresenta contendo propostas sobre as ações desenvolvidas e os projetos mais imediatos.

O informativo, ressalta o Sr. Prats, contempla a Calvia como um sistema integrado sobre o qual incidem diferentes cenários analisados, tomando como fator determinante o da população, uma vez que a pressão humana sobre o território influencia na totalidade dos campos estudados. Ele detalha a avaliação da situação atual dos cenários, as alternativas de futuro considerando o crescimento tendencial e o que se conseguiria com a intenção de alcançar o informativo considerado como cenário de reabilitação integral, a cujo efeito traça as 10 linhas de atuação e 40 iniciativas, que vão sendo detalhadas durante sua exposição.

Ele explica que o informativo foi estudado e assumido em nível municipal, já que o Foro nesse momento conta com uma informação sistematizada e analisada que permitirá concretizar e elaborar um plano de trabalho a curto, médio e longo prazo. Ele também apresenta e detalha uma lista de quinze programas de realização imediata a ser debatido e a ser posto em consenso pelos membros do Foro.

Na continuação é feita uma rodada de intervenções entre os assistentes, durante as quais tomam a palavra D. Isidro Cañellas, D. Miguel A. Borrás, a Sr<sup>a</sup> Hemingway, D. Antón Olabe, D. Xavier Pastor, D. Fritz Duwal, D. Enric Molina, D. Toni Pallicer, D. Joan Mayol, D. Martín Llobera e D<sup>a</sup> Joana M<sup>a</sup> Petró. Nessas intervenções eles manifestam sua satisfação por considerar que foi conseguido mobilizar a todos na definição de um futuro sustentável para Calvia, e estabelecem diferentes questões e propostas a serem levadas em conta dentro do processo de desenvolvimento da Agenda Local 21, tais como a integração da população, a reabilitação dos núcleos urbanos tradicionais, incidência da desclassificação de terrenos e das previstas ordenanças, campos de golfe, impulso da agricultura ecológica, mobilização do setor privado no processo, uso de etiquetas eco ambientais para instalações de hotéis, suavização dos “picos” de população, transporte público, uso de energias alternativas, definição do tipo de turismo que se quer para Calvia, proteção da “Sierra de Tramuntana” e criação de um patrimônio municipal natural, luta contra a erosão, etc. Questões que são informadas e respondidas pela Sr<sup>a</sup> prefeita e o Sr. Prats.

Finalizadas as intervenções, o Foro Conselheiro dá sua aprovação a proposta genérica apresentada, sem prejuízo de futuras ações já incorporadas pela população. Calvia será construída com base em princípios sociais de sustentabilidade econômica e meio ambiental.

O ato é finalizado pela Sr<sup>a</sup> Prefeita, agradecendo a todos pela assistência prestada a esse ato e salientando que nesse momento Calvia está em uma posição respeitosa para comprometer seu futuro de forma sustentável, e que vão ser iniciadas imediatamente as quinze propostas, de maneira que sejam capazes de dar credibilidade a todo o processo e motive a integração de todos os setores sociais do município no projeto. Ela também assume o compromisso formal de criar o Observatório de Calvia, que permita manter, controlar e valorizar os projetos que estão sendo desenvolvidos, aplicando a realidade de Calvia na intenção de pensar globalmente para atuar localmente.

#### 04/11/98 Sessão Plenária do Foro Conselheiro

Na sala de exposições da prefeitura de Calvia, às dezoito horas e quinze minutos do dia quatro de Novembro de mil novecentos e noventa e oito, e respondendo a convocatória realizada pela Prefeitura de Calvia, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas e culturais e outros cidadãos a título pessoal que constituem o Foro Conselheiro de Cidadãos. Eles estão interessados em participar do processo de desenvolvimento da Agenda Local 21 para Calvia, com o objetivo de conhecer as atividades desenvolvidas pela Prefeitura para a difusão das iniciativas já acordadas na sessão anterior e na estruturação de um processo para o prosseguimento dessas iniciativas.

Ao mesmo tempo, sendo de atualidade e público o debate urbanístico sobre as Ilhas Balneares e diante das medidas conhecidas em nível popular como a

moratória urbanística adotada tanto pelo parlamento da CAIB como pelo Conselho Insular de Malhorca, foi considerado oportuno convidar a esta sessão os responsáveis do Governo da CAIB e de CIM para conhecer a possível consequência de tais medidas recentemente adotadas por ambos os organismos sobre o planejamento municipal de Calvia.

A reunião é dirigida por D<sup>a</sup> Margarita Nájera, Prefeita de Calvia, e integrando a mesa os senhores D. Manuel Suárez, D. Anselmo L. Martín, tenentes de Prefeito, D. Cristóbal Huguet, Diretor Geral de Ordenação do Território de Urbanismo do Conselho de Meio Ambiente do Governo Balnear e D. Francisco Antichy, Conselheiro de Meio Ambiente Insular de Malhorca.

Também se fazem presentes o coordenador dos trabalhos da Agenda local 21 D. Fernando Prats, o Diretor de Presidência da Prefeita D. Javier Bustamante e a Coordenadora da Agenda Local 21 para Calvia Sr<sup>a</sup> Suau.

Apresentado o ato pela Prefeita, o Sr. Sebastián Lora, Diretor de Relações Institucionais e do Gabinete de Prefeito intervém, realizando a apresentação da campanha de divulgação das quarenta iniciativas estipuladas pelo Foro Conselheiro, que foi determinada sobre o tema “Missão Possível”, e que implica na mobilização de todos os Cidadãos na Agenda Local 21 através de uma mudança nos hábitos e costumes na utilização dos recursos e da paisagem. A campanha se realiza de acordo com um slogan que pretende, através de uma simples frase mudar a situação de Calvia no futuro se existir a necessária conscientização e participação política, social e cidadã, através da por meio de pôsteres, folhetos e outros materiais que se pretende distribuir no município por meio de pessoas especializadas e voluntários. A intenção é incluir um Manifesto Cidadão de adesão às medidas a serem desenvolvidas e de priorização das cinco medidas que os cidadãos considerem mais importantes.

Em seguida ao ato, D<sup>a</sup> Carolina Suau informa aos reunidos que, com a finalidade de que todos os membros do Foro possam realizar um seguimento de desenvolvimento das quarenta iniciativas previstas, foi preparado e entregue a todos os membros uma pasta contendo fichas explicativas sobre as diferentes atuações, os objetivos a serem conseguidos e os prazos de execução, que irão se completando e concretizando à medida que vão sendo realizadas as medidas previstas. Ela também menciona que como o objetivo de realizar este seguimento, são previstas reuniões trimestrais do Foro, com a finalidade de que tanto os membros como os cidadãos em geral possam estar informados sobre as diferentes iniciativas empreendidas. Ela convida todos os membros do Foro a colaborarem com a edição do Boletim, trazendo seus trabalhos e sugestões.

Na continuação o Sr. Diretor de Ordenação de Território e Urbanismo do Conselho de Meio Ambiente D. Cristóbal Huguet, informa sobre as medidas recentemente adotadas pelo Parlamento em matéria urbanística e, concretamente, sobre a moratória, em cuja redação foi feita considerando o avanço das Diretrizes de Ordenação Territorial e ressalta a relevância e incidência que este instrumento

terá nos planejamentos urbanísticos municipais ao estabelecer uma planificação urbanística global para todas as Ilhas.

Excluído: ¶

O Sr. Antich, Conselheiro de Meio Ambiente de CIM expõe as atuações realizadas pelo Conselho Insular para evitar o desenvolvimento das urbanizações previstas em determinados planejamentos municipais de Malhorca, cuja considerável ocupação do solo faziam necessária a criação de uma norma que evitasse sua urbanização, que consistiu na desclassificação de solos urbanizáveis, norma esta que não afeta a Calvia em a Prefeitura, pois já havia desclassificado seus solos urbanizáveis anteriormente. Ele também ressalta que o Conselho inicia a elaboração de um Plano Territorial Parcial para a ilha de Malhorca baseado na filosofia de desenvolvimento sustentável. Considera necessário que, através do Plano se fixe um número de população em concordância com as ações estabelecidas e considerando a capacidade limite dos diferentes sistemas.

São realizadas em seguida diferentes intervenções por parte dos membros do Foro Conselheiro, entre elas a do Sr. Zayas, a Sr<sup>a</sup> Truyols, o Sr. Gimenez, o Sr. March, a Sr<sup>a</sup> Cobeaga e o Sr. García de Jalón, nas que, além de expressar o agradecimento pelo início das ações que foram apresentadas e as exposições realizadas pelos membros, também se formulam simultaneamente diferentes observações referentes aos temas tratados. Entre elas pode-se citar a observação das diferentes opiniões existentes entre os organismos em relação a consideração dos direitos adquiridos pelos promotores e possibilidades de limitação de compra de terrenos por parte dos não residentes, necessidade de trabalhar para o futuro de nossa terra sem discussões políticas, problemática na execução das obras de "Paseo de Calvia", necessidade de adequar com maior precisão o novo PGOU aos princípios da AL 21, especialmente no que se refere as atuações impactantes nas estradas e novos solos urbanizáveis aprendendo com os erros do passado, a oportunidade de aproveitar o estado atual de aplicação da AL 21 para conscientizar os cidadãos na execução de seus objetivos e realização de ações de defesa do território diante da previsão de construção de uma nova estrada entre Palmanova e Peguera.

Em relação à mesma a Prefeita e os Srs. Huguet, Antich e Prats expressam suas opiniões informando sobre as atuações realizadas sobre os temas expostos e das previsões de atuação, especialmente no que se refere as obras de "Paseo de Calvia" e revisão do PGOU que, nesses momentos, prevê unicamente 40 hectares de solo urbanizável destinado a substituir o solo edificado nas atuais zonas urbanas, realizando também um estudo técnico da rede de transporte para verificar ou não a necessidade real de construção de uma nova estrada.

23/02/99 Sessão Plenária do Foro Conselheiro

"Na sala de exposições da Prefeitura de Calvia, às dezoito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, e respondendo a convocatória realizada pela Prefeitura de Calvia, se reúnem representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas e culturais e outros cidadãos a título pessoal que constituem o Foro



Conselheiro de Cidadãos. Eles estão interessados em participar do processo de desenvolvimento da Agenda local 21 para Calvia, com o objetivo de conhecer as atividades desenvolvidas pela Prefeitura até a data da sessão anterior.”

A reunião é dirigida por D<sup>a</sup> Margarita Nájera, Prefeita de Calvia, juntamente com o Tenente de Prefeito da Coordenação Executiva e Presidente do Conselho de Administração da Empresa municipal de Serviços Calvia 2000, S.A D Antônio Manchado Lozano.

O ato é apresentado pela Prefeita, informando ao Foro Conselheiro que, como resultado dos trabalhos realizados durante os anos anteriores, foi redigido um documento final de Plano de Ação para a Sustentabilidade de Calvia, que se apresenta nessa mesma sessão. Informa aliás, sobre o desenvolvimento da campanha de divulgação e adesão das quarenta iniciativas estipuladas pelo próprio Foro, que foi executada com base no tema “Missão Possível”, e que conseguiu a mobilização e adesão ao Projeto de mais de 60.000 cidadãos (30% da população adulta de Calvia). Ela pede perdão pela assistência do coordenador de trabalhos da Agenda Local 21 D. Fernando Prats, por motivo de falecimento de sua mãe.

Em seguida é exibido para os presentes do Foro um vídeo chamado “Missão Possível”, exibindo imagens resumidas de todo o processo executado em razão do desenvolvimento da Agenda Local 21 em nosso município.

Na continuação, o Diretor Geral de Presidência e Diretor Executivo da Agenda Local 21 para Calvia apresenta aos reunidos o Plano de Ação, documento que contém o resumo da proposta de sustentabilidade de Calvia e de todo o trabalho realizado durante os últimos quatro anos. Ele explica brevemente os capítulos mais importantes constantes do documento, detalhando as diferentes ações previstas em cada um dos campos de intervenção.

Posteriormente o Sr. Manchado toma a palavra, apresentando ao Foro Conselheiro as diferentes iniciativas meio ambientais que Calvia 2000 S.A está desenvolvendo no marco da Agenda Local 21, ressaltando que com as mesmas não somente se conseguiu mobilizar toda a população em seu processo de desenvolvimento, mas também integrar a estrutura da própria empresa dentro da estratégia de sustentabilidade que todos pretendemos alcançar.

O Sr. Manchado vai detalhando que os projetos que estão sendo desenvolvidos, tais como a experiência pioneira para evitar a perda de areia na praia de Santa Poncã, a redação de um avanço de programa sobre Gestão de Demanda de Água, as medidas implantadas para fomentar a poupança de água através das Brigadas Azuis, a previsão de reutilização de água depurada na irrigação de jardins e zonas verdes, as atuações e convênios estabelecidos para incrementar a coleta seletiva mediante a utilização de contêineres em residências e hotéis, a coleta seletiva de resíduos orgânicos em três zonas pioneiras, a próxima construção de uma “Deixalleria”, etc. Ele conclui sua intervenção dizendo

que Calvia 2000 S.A, se sente orgulhosa de não somente poder contribuir com o processo de sustentabilidade iniciado pelo nosso município, mas também de poder criar novos empregos por ocasião dessas atuações.

Na continuação são realizadas diferentes intervenções por parte dos membros do Foro Conselheiro, entre elas a da Sr<sup>a</sup> Hemingway, o Sr. Blásquez, o Sr. Zayas, a Sr<sup>a</sup> Tryols, e o Sr. José Manchado, nas que além de expressarem que se sentem satisfeitos pelas atuações realizadas, também formulam ao mesmo tempo diferentes observações referentes aos temas tratados. Por exemplo, a necessidade de incorporar aos processos de coleta seletiva aos hotéis pertencentes as grandes redes (cadeias) hoteleiras, o impacto que originam obras que estão sendo realizadas na “Cala Xada”, a conveniência de regular o uso do patrimônio natural, instalação de contadores divisionários, falta de centros de arte, cultura a auditório, necessidade de evitar os atuais impactos visuais dos contêineres, obras de “Paseo de Calvia”, flexibilização da burocracia, etc.

Essas intervenções são respondidas pela Sr<sup>a</sup>. Prefeita e pelo Sr. Manchado, expondo a opinião e as realizações municipais com relação a cada um dos temas expostos e sobre as previsões de atuação nas matérias consultadas.

#### 23/11/99 Sessão Plenária do Foro Conselheiro

“Na sala de exposições da Prefeitura de Calvia, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de Novembro de mil novecentos e noventa e nove, e respondendo a convocatória realizada pela Prefeitura de Calvia, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas e culturais e outros cidadãos a título pessoal que constituem o Foro Conselheiro de Cidadãos. Eles estão interessados em participar do processo de desenvolvimento da Agenda Local 21 para Calvia, com o objetivo de conhecer as atividades desenvolvidas desde a data da sessão anterior.”

A reunião é dirigida por D<sup>a</sup> Margarita Nájera, Prefeita de Calvia, juntamente com os Tenentes de Prefeito D. Manuel Suárez, D. Antonio García Moles e D<sup>a</sup> Neus Pacheco Benito.

Também se fazem presentes o Direto de Presidência da Prefeitura D. Javier Bustamante , a Coordenadora da Agenda Local 21 para Calvia Sr<sup>a</sup> Suau e o coordenador dos trabalhos da AL 21 D. Fernando Prats.

A Prefeita informa que o objetivo desta reunião é fazer com que os membros do Foro possam conhecer e participar dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos com base no Plano de Ação e em especial, das quinze atuações imediatas previstas no mesmo. Ela também menciona que os trabalhos preliminares de redação da Agenda Local 21 para Calvia já foram realizados e que também já foi estabelecido o Plano de Ação para a sustentabilidade de Calvia. Ela

ressalta que vai informar ao Foro sobre a nova estruturação da organização municipal já iniciada, de maneira que desde a Prefeitura seja possível atender as diferentes demandas dos cidadãos por meio da perspectiva e dos objetivos pretendidos pela Agenda Local 21, assim como a intenção municipal de divulgar a execução das diferentes iniciativas previstas no projeto de maneira que ao longo do próximo ano possa ser realizada uma primeira auditoria sobre seu grau de execução. Ela aproveita para dar as boas-vindas aos representantes do recentemente constituído Foro de Joves de Calvia, esperando que, a partir do mesmo, aumente as iniciativas que permitam um melhor cumprimento dos objetivos perseguidos pela Agenda local 21. Ressalta a importância de manter o processo participativo iniciado e expressa seu desejo de que, a través do trabalho coletivo que está sendo realizado, sejamos capazes de traçar metas para os próximos anos.

A Coordenadora da AL 21 de Calvia, D<sup>a</sup> Carolina Suau, informa que uma vez culminada essa primeira fase do processo, parece conveniente que o Foro se estruture em Comissões de Trabalho que estarão integradas por aqueles membros interessados em cada um dos temas incluídos nos formulários que foram entregues a todos os assistentes, os quais nomearão seu respectivo presidente e secretário e contarão com o necessário apoio técnico e administrativo municipal. Ela indica que, a princípio as Comissões previstas serão as de Sustentabilidade e Território, Desenvolvimento Sócio-cultural, Desenvolvimento Econômico e Setores Ambientais Chave, entre as quais se distribuirão linhas de ação previstas no Plano de Ação da AL 21 da seguinte forma:

- Comissão de Sustentabilidade e território: Linhas de Ação números 1, 3, 5 e 7.
- Comissão de Desenvolvimento Sócio-cultural: Linhas de atuação números 2, 4 e 9<sup>a</sup>.
- Comissão de Desenvolvimento Econômico: Linhas de Ação números 6, 10 e 9b.
- Comissão de Setores Ambientais Chave: Linhas de Ação número 8.

Em seguida, os responsáveis e técnicos municipais prosseguem informando ao Foro o grau de execução das iniciativas a curto prazo estipuladas, cujas intervenções se resumem no seguinte:

D. Carlos Lorduy, Gerente de CALVIA 2000, S.A, em relação as atuações imediatas números 2 e 4, informa que foi redigido um Plano de Gestão da Demanda de Água, tendo-se iniciado as atuações previstas ao mesmo modo a manutenção das infra-estruturas para garantir a manutenção dos mínimos níveis de perdas de redes conseguido, instalação de contadores individuais de água em edifícios coletivos, desenvolvimento de diferentes campanhas de informação escolar e geral, edição de um manual de redução de gastos de água, implantação de novas tarifas por blocos que penalizam ainda mais os consumos elevados,

instalação de kits de poupança de água em residências e convocatória de concursos para a depuração terciária nas EDAR, s de Bendinat e Peguera.

Em relação aos resíduos sólidos urbanos foram implementadas medidas para reduzir, aproveitar, reutilizar os lixos, adequando os serviços de coleta aos tipos de produção, foi disponibilizados três contêineres em residências para a coleta seletiva de papel, vidro, garrafas, foram estabelecidos convênios com as Associações Hoteleiras e de Comerciantes para a coleta seletiva de papel, vidro e garrafa, foi editado um manual e disponibilizado 250 locais de coleta em residências e foi conseguido que o Plano Diretor de Resíduos que está modificando o Governo inclua uma planta de aproveitamento em nosso município. Ainda ressalta que foi executada uma experiência pioneira para a regeneração natural da praia de Santa Ponça, com resultados muito positivos.

D. Miguel Cañellas, técnico municipal responsável de transportes informa que em relação a atuação número 6, foi realizado um estudo de mobilidade para o transporte urbano, e foram realizadas várias intervenções diante os Conselheiros para tentar adotar no nosso município o transporte público necessário. Por exemplo: a intervenção municipal no processo de convalidação das concessões, denúncia sobre o serviço de defesa de competência, mudança de denúncias aos Conselheiros com proposta de prazo das concessões interurbanas e início dos estudos pertinentes para apreciar a oportunidade e conveniência de proceder no resgate destas concessões.

A Sr<sup>a</sup> Natália Hirsch, em relação a atuação número 6, plano de Habitação, informa sobre as ajudas concedidas para a compra da primeira residência aos cidadãos que conseguiram um total de 272 subsídios, equivalente a 134 milhões de pesetas. Na próxima concessão das 102 residências em São Ferrer e das previsões municipais para a construção de novas residências em zonas de Galatzó, Es Capdellà e Peguera.

D. Joseba Dañobeitia, em relação à atuação do Plano Geral de Ordenação Urbana, ressalta que este Plano foi aprovado provisoriamente em datas recentes e que foi remitido a Comissão Insular de Urbanismo. O Plano contém e engloba diferentes iniciativas previstas na Agenda Local 21. Foi mantida a redução do crescimento, ficando definitivamente desclassificadas 1442 hectares de solo urbanizável e ficando qualificado 82% do município como solo rústico que conta com uma proteção inclusive maior que a estabelecida por Lei Autônoma de Espaços Naturais. Ele também detalha que o Plano Geral inclui normas, exigindo a reutilização de água cinzenta e de chuva, previsão de energias alternativas, espaços específicos para resíduos que facilitem sua seleção, instalação de mecanismos redutores de consumo de água, condicionamento térmico, instalação de luminárias de baixo consumo e proibição de uso de PVC nas instalações para a construção de novas edificações.

O Engenheiro Municipal Sr. Jaime March trata sobre o início do Plano de "Poupança" Energético em nível municipal, que pretende utilizar energia solar

fotovoltaica e térmica, afirmando que em “Paseo de Calvia” estão sendo utilizadas painéis para a obtenção de energia fotovoltaica em um total de 35 Kw. de potência, e que se espera que estejam em funcionamento no final do presente ano. Além disso, ele menciona que em sete poli esportivos municipais estejam instalados painéis para obtenção de água quente sanitária, com o que se espera obter uma redução nos gastos na ordem de 80% de energia utilizada atualmente para esta finalidade.

A Gerente de IFOC, D<sup>a</sup> Cristina Bruguera, em relação a atuação nº 11, informa sobre a colocação em prática de Viveiro de Empresas facilitando dois locais a caminhos de empresas em Ilhetes, e de cursos e concursos que desde o IFOC são dirigidos a empreendedores, ações de assessoramento a empresas de nova criação, atuações realizadas através de Ikos programas LEADER e ILES e a convocatória de concurso para iniciativas rurais.

D. Eduardo Cózar, Biólogo Municipal diz que foi realizada uma auditoria ambiental no edifício municipal, atuação nº 13, cujo informativo final está a ponto de ser entregue pela empresa responsável a imediata adoção de medidas corretivas que são recomendadas. É intenção municipal estender as medidas adequadas ao restante de edifícios e instalações municipais. Ele também ressalta que o projeto do novo edifício de serviços em São Bugadelles foi desenhado de acordo com critérios por parte dos técnicos nessa matéria, assim como a resolução da Prefeitura visando a adoção de critérios ambientais em contratos com empresas externas que seja declarada pela Prefeitura.

Em relação a atuação nº 14, o arqueólogo D. Manuel Calvo informa que está a ponto de finalizar a primeira fase dos trabalhos para a criação do parque arqueológico “Del Puig de As Morisca”, tendo realizado a análise das potencialidades de jazigos, estudado e selecionado todos os elementos que serão incluídos no parque, com definição de seus elementos básicos. O trabalho é feito de acordo com um convênio de colaboração com a UIB, prestadora de assessoramento e cooperação técnica ao projeto, tendo iniciado trabalhos para a redação do projeto executivo do parque.

Os técnicos municipais Srs. Calafat e Bustamante informam também que sobre o estado de execução das obras de “Paseo de Calvia”, das previsões de criação de uma “Deixalleria” em São Bugadelles e sobre as gestões até agora realizadas para a criação de um Escritório de assessoramento da AL 21.

Em seguida, um representante do Foro de Joves de Calvia faz a leitura das conclusões das reuniões mantidas até a data, e que se concretizam na necessidade de que se cumpram as previsões de limitação do crescimento de acordo com o Plano Geral, que se mantenha a postura municipal de desdobramento da atual estrada C-719, que se controle o cumprimento das ordenanças dando maior publicidade às mesmas e que se informe aos vizinhos sobre as obras executadas pela Prefeitura, realizando atuações para incentivar a

reabilitação de edifício e a manutenção e controle dos caminhos rurais. Também propõe a ampliação dos subsídios municipais para a aquisição de habitações.

Iniciado o debate sobre os temas tratados, são realizadas várias intervenções por parte dos membros do Foro Conselheiro, entre elas a da Sr<sup>a</sup>. Truyols, e Srs. Pallicer, Costa e Roca, nas que tratam sobre temas referentes à necessidade de criação de um museu, degradação sobre o descontrole de resíduos nas proximidades de Cala Vinyes, possível intervenção municipal para baratear o preço dos solos, necessidade de modernizar a administração incorporando planos de qualidade, criação de uma empresa municipal para temas relacionados a habitações, criação de zonas verdes, etc. Estas intervenções são respondidas pela Sr<sup>a</sup>. Prefeita, o Senhor Suárez e o Senhor Prats expondo a opinião e a realização municipal em relação a cada um dos temas expostos e sobre as previsões de atuação nas matérias consultadas.

28/06/00 Sessão Plenária do Foro Conselheiro

“Na sala de exposições da Prefeitura de Calvia, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e, respondendo a convocatória realizada pela Prefeitura de Calvia, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas, culturais e outros cidadãos a título pessoal que constituem o Foro Conselheiro de Cidadãos. Eles estão interessados em participar do processo de desenvolvimento da Agenda Local 21 para Calvia, com o objetivo de conhecer e debater, em sessão monográfica, o projeto de lei do imposto sobre estâncias em empresas turísticas de alojamento.”

A reunião é dirigida por D<sup>a</sup>. Margarita Nájera, Prefeita de Calvia, juntamente com o Tenente de Prefeito D. Antonio Manchado Lozano e Conselheiros da Corporação.

Deste modo, também se fazem presentes o Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Prefeitura D. Javier Bustamante e a Coordenadora da Agenda local 21 para Calvia Sr<sup>a</sup> Carolina Suau.

O ato é iniciado pela Sr<sup>a</sup>. Prefeita agradecendo inicialmente a presença de todos os assistentes, informando que o objetivo desta sessão monográfica do Foro é de analisar o projeto de lei imposto sobre estâncias em empresas turísticas, popularmente conhecido como “ecotasa”, assim como receber a opinião dos membros do Foro a respeito, de maneira que se possa formar uma opinião em relação ao imposto para o Governo Balear. Ela ressalta que de acordo com os estudos realizados há três anos, na época do início da redação da Agenda Local 21 já se apontava a oportunidade e conveniência de contar com fundos específicos destinados a temas meio ambientais.

Ela explica aos presentes reunidos os fundamentos sobre a cobrança do imposto, bem como a filosofia e o destino do mesmo, apontando brevemente cada um desses aspectos do projeto de lei, e enfatizando que a partir de Calvia se propõe a imediata tramitação do projeto de lei e sua colação em prática em Janeiro de 2001, além da incorporação pela iniciativa privada do órgão de gestão e aplicação do imposto, a conveniência de dar-lhe um caráter conjuntural e comercial, de maneira que todos os turistas conheçam amplamente as finalidades do imposto. Inclusive, devemos tentar conseguir a aplicação do imposto a generalidade dos turistas que nos visitem.

Ressalta que por ocasião da visita do Honorável Senhor Presidente do Governo Balear no município, lhe foi entregue um amplo dossiê de projetos suscetíveis de serem financiados de acordo com as últimas finalidades da “ecotasa”, cuja soma global supera 42.000 milhões de pesetas.

Finalizada sua exposição, a Sr<sup>a</sup> Prefeita coloca em discussão e análise entre os membros do Foro a proposta do Governo Balear, com objetivo de poder levar ao mesmo as propostas e sugestões que sejam formuladas.

Em seguida, o Senhor Valdevira se manifesta a favor da “ecotasa”, pois entende que beneficiará a qualidade turística e permitirá competir diante da competência de outras zonas, considerando que se fosse convocado um referendun para decidir sua aplicação, a opinião cidadã seria majoritária no sentido de aplicação da “ecotasa”. Ele questiona o método de arrecadação, pois acredita que não deveria ser feita através de hotéis, mas nas entradas das ilhas, assim como em poros e aeroportos.

A Sr<sup>a</sup>. Prefeita ressalta que devemos encontrar fórmulas de consenso para a aplicação do imposto, escutando a opinião do setor hoteleiro com respeito a gestão de arrecadação, de maneira que a uns aparentem ser boas e a outros ruins, uma vez que todos estão de acordo quanto a aplicação da “ecotasa”.

O Senhor Zayas intervém para manifestar que a ONG em que ele representa foi a que mais insistiu no tema da “ecotasa”, porém entendia que a aplicação seria feita em portos e aeroportos e não entende as razões pelas quais não se faz assim, acreditando que deve insistir nesse tema, sobretudo analisando a grande quantidade de alojamentos turísticos não legalizados. Ele também afirma que se for mantido o processo de arrecadação previsto no anteprojeto, deverá ser realizada uma ampla campanha de inspeção para detectar a oferta turística ilegal.

A Sra. Del Moral também expressa sua opinião em oposição ao projeto de lei, por motivos políticos e técnicos. Ela opina que a criação de um novo imposto deve estar justificada na ausência de alternativas, o que acredita possível. Além disso, a finalidade do mesmo não é meio ambiental, mas visa alcançar as infra-estruturas. Por isso, considera que deveriam ser buscadas outras fontes de financiamento da Comunidade Autônoma e que o imposto será discriminatório já que agrava somente aqueles visitantes que se alojam em estabelecimentos

turísticos, assim como poderia considerar a existência de uma dupla imposição, na medida que os turistas já pagam o IVA correspondente.

A Sr<sup>a</sup> Nájera responde dizendo que devemos mudar a concepção de competência turística, baseada até agora em preços, pela de qualidade, e esta, além de estar pautada no setor interno de cada estabelecimento, somente pode ser conseguida trazendo financiamento para que o meio ambiente rural e urbano desfrutado pelo turista seja aquele esperado pelo mesmo. Ela ainda ressalta que o anteprojeto de lei é um tema muito trabalhado por todos e que tem a conformidade da Comunidade Européia. Ela entende que é possível melhorar a redação do anteprojeto e, para isso, tem que solucionar os atuais conflitos entre o Governo Balear e o Governo Central e AENA.

O Senhor. Romaguera interrompe para manifestar que a patronal hoteleira sempre foi contra novos impostos, por considerar suficientes os que são pagam na atualidade. Ele relembra a origem histórica da “ecotasa” e considera que a mesma se tornou um imposto claro e direto ao setor hoteleiro, diante das dificuldades existentes para sua repercussão junto aos clientes.

A Sr<sup>a</sup>. Isabel Moreno se manifesta a favor da implantação da “ecotasa”, mas não acha justo o sistema de cobrança previsto, alegando conhecer que em determinados lugares estes impostos são cobrados mediante a ingressos feitos por entidades bancárias frente ao regresso dos turistas.

Ainda assim, o Sr. Antonio Calva diz que foi ampliada a finalidade do imposto, uma vez que foi concebida inicialmente como um instrumento de sustentabilidade, mas que se aplica a outras coisas, considerando inclusive que deveria ser feito um esforço de cobrança do imposto juntamente com a emissão de passagens emitidas pelas empresas de transporte aéreo ou marítimo.

O Sr. Pedro Merino defende a “ecotasa”, alegando a insuficiência de que o imposto seja cobrado somente em hotéis, quando existem outros locais de alojamento e portos esportivos que também alojam turistas que são consumidores de recursos e não abonarão o imposto.

No mesmo sentido o Sr. Pedro Calvo se manifesta dizendo que seu sindicato apóia abertamente este imposto turístico direto e as finalidades de preservação a que se pretende aplicar o mesmo, porém ele preferia que fosse cobrado em portos e aeroportos e que se introduzissem modificações no anteprojeto para não prejudicar os turistas reincidentes, já que eles contribuem a movimentação da cidade.

Nesse sentido outros membros do Foro Conselheiro argumentam que são todos favoráveis a cobrança da “ecotasa” e sua divulgação para que seja efetivada brevemente. Também debatem sobre a possibilidade de controlar a oferta turística ilegal, especialmente em relação a recente modalidade de alugar de habitações particulares que, inclusive são anunciadas através da Internet.



A Sr<sup>a</sup>. Prefeita diz que a finalidade da convocatória de hoje era promover um debate em relação à “ecotasa”, objetivo que acredita ter conseguido, já que as opiniões manifestadas serão apresentadas ao Foro Conselheiro. A medida que as discussões vão avançando, gradativamente será possível tratar novamente do tema no centro de uma próxima sessão do Foro.

Finalmente, a Sr<sup>a</sup> Nájera informa aos presentes reunidos que a Agenda Local 21 de Calvia tem sido um dos nove projetos espanhóis selecionado entre 300 candidatos para participar como “projeto para o mundo” na exposição universal Hannover-2000, o que representa uma grande satisfação para todos e, especialmente para os membros do Foro por sua participação na elaboração do projeto.

#### 15/0501 Sessão Planária do Foro Conselheiro

Na sala de exposições da prefeitura de Calvia, às dezoito horas e dez minutos do dia quinze de Maio de dois mil e um, e respondendo a convocatória realizada pela Prefeitura de Calvia, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas e culturais e outros cidadãos a título pessoal que constituem o Foro Conselheiro de Cidadãos, que participam no desenvolvimento do Plano de Ação da Agenda Local 21 para Calvia. O objetivo é de conhecer a evolução dos programas, das iniciativas e indicadores previstos no processo de desenvolvimento.

A reunião é dirigida por D<sup>a</sup>. Margarita Nájera, Prefeita de Calvia, juntamente com os Tenentes de Prefeito D<sup>a</sup> Nieves Pacheco Benito e D. Antonio Manchado Lozano e outros membros da Corporação.

Também estão presentes do mesmo modo o Diretor Estratégico da Prefeitura D. Javier Bustamante, o coordenador dos trabalhos da AL 21 D. Fernando Prats e a Coordenadora da Agenda Local 21 para Calvia D<sup>a</sup>. Carolina Suau.

O ato é iniciado pela Sr<sup>a</sup>. Prefeita que cumprimenta e agradece aos membros do Foro pela dedicação que prestam aos temas da Agenda Local 21. Ela ressalta que estamos em um momento crucial de desenvolvimento do processo, uma vez que se trata em conhecer e avaliar os trabalhos realizados e os resultados obtidos como consequência das ações empreendidas na execução do Plano de Ação da AL21. O efeito dos trabalhos realizados tanto por parte dos profissionais como pelas Comissões Temáticas é realizar uma análise da atual situação tendo como referência os indicadores que foram adotados em 1997. Ela também reafirma a vontade da Equipe do Governo em continuar trabalhando pra a boa consecução do projeto e constata que, conforme os resultados obtidos, os temas mais preocupantes afetam a água, os espaços naturais e equilíbrio social, assim como a programação de prazos de execução de obras pelos particulares.

D. Fernando Prats faz um resumo do processo realizado até a data, ressaltando que como os membros do Foro já conhecem, Calvia foi considerada como um sistema integrado em que foram analisados as funções de diferentes Áreas Temáticas Chave e os campos de referência considerados para cada uma delas. Em 1997 esses aspectos estavam negativos e apresentavam uma situação preocupante já que a tendência era piorar. Por isso, e ainda estando consciente quanto às dificuldades existentes para mudar essa tendência, foram estabelecidas 10 linhas de ação, que concretizaram em 40 iniciativas a serem desenvolvidas com a finalidade de alcançar os cenários de sustentabilidade pretendidos.

Ele também informa que de acordo com os recentes trabalhos feitos pelos profissionais e pelas Comissões Temáticas, foram obtidos indicadores de avaliação da situação e novas tendências que podem ser contempladas no documento que foi entregue pelos assistentes. Ele ressalta que o principal fator negativo observado é o elevado crescimento da população tanto residencial quanto turística em somente três anos, o que por sua direta incidência no consumo de recursos é dificilmente assimilável e que tem incidido especialmente no crescimento de requerimentos nos setores ambientais chave, sobretudo em água, resíduos, energia, deslocamentos e emissões de CÔA, expressando seus temores de que, apesar da atuação municipal, não se possam manter os cenários de sustentabilidade previstos.

Ele finaliza seu discurso destacando a importância da participação social e a co-responsabilidade dos cidadãos na aplicação das medidas previstas na AL21, a necessidade de controlar o crescimento populacional e mobilizar os jovens no processo de transformação social de Calvia. Ele destaca que deve ser reconhecido que Calvia se tornou uma referência em termos de município que avança na direção da sustentabilidade, e que isso requer tenacidade e um esforço contínuo durante os dez anos, que no mínimo serão necessários para verificar os resultados positivos em todos os campos de atuação.

Em seguida é feita uma rodada de debates por parte dos membros do Foro realizando-se diferentes propostas e perguntas sobre temas relacionados direta ou indiretamente com o desenvolvimento do processo, entre eles a “ecotasa”, dificuldades de realizar uma atuação municipal em matérias em que não se tem competências de execução, tratamento de imigração, percepção cidadã sobre a filosofia da Agenda local 21, etc. Todos são objeto de deliberação no Foro.

O ato é encerrado pela Prefeita constatando as dificuldades existentes para encontrar a fórmula que permita programar a efetividade das licenças das obras e em consequência o aumento da população, assim como a vontade municipal de compartilhar as experiências de nossa AL 21, como demonstra a convocatória para esta mesma semana de jornadas. Participarão centenas de responsáveis políticos e técnicos de toda a Espanha. Ela também avança nas previsões sobre a atuação municipal no litoral, desenvolvimento do parque arqueológico, contatos com os responsáveis pelos diferentes Ministérios e da União Européia, etc.

Ela aproveita para reiterar o agradecimento pela presença dos membros do Foro e mantém seu compromisso em continuar com as ações necessárias para conseguir a mobilização dos cidadãos nesse projeto.

27/11/01 Sessão Plenária do Foro Conselheiro: Apresentação “IMPULS CIUTADÀ 21”.

“Na sala de exposições da Prefeitura de Calvia, às dezoito horas e dez minutos do dia vinte e sete de Novembro de dois mil e um, e respondendo a convocatória realizada pela Prefeitura de Calvia, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas e culturais e outros cidadãos a título pessoal que constituem o Foro Conselheiro de Cidadãos. O objetivo é participar do desenvolvimento do Plano de Ação da Agenda Local 21 para Calvia, convocados a apresentação do projeto “Impuls Ciutadà 21”.

A reunião é dirigida por D<sup>a</sup>. Margarita Nájera, Prefeita de Calvia, juntamente com o Honorável Sr. Conselheiro de Obras Públicas, Habitação e Transportes D. Francesc Quetglas Rosanes e o Tenente de Prefeito D. Antonio García Salvador.

Também estão presentes o Diretor de Desenvolvimento Estratégico da Prefeitura D. Javier Bustamante, o coordenador dos trabalhos da AL21 D. Fernando Prats, o Diretor da empresa LABOUR. José M<sup>a</sup> Zufiau e a Coordenadora da Agenda Local 21 para Calvia D<sup>a</sup> Carolina Suau.

O ato é iniciado pela Sr<sup>a</sup>. Prefeita, e em consequência o Sr. Prats apresenta o documento que hoje é trazido a este foro, ressaltando que é uma nova iniciativa que, dentro do processo de desenvolvimento da AL21 sejam estabelecidas as pautas para potencializar a coesão social e cultural dos cidadãos do município.

O Sr. García Salvador agradece a presença do Sr. Conselheiro e do restante dos assistentes presentes a esta sessão, agradecendo a participação e colaboração das organizações UGT, CCOO, CAIB e PIMEM durante o longo processo de elaboração do documento que é apresentado. Ele também agradece a colaboração prestada pelos profissionais, APA, s e técnicos municipais e do IFOC em sua elaboração. Ele detalha que este documento pretende desenvolver duas das linhas estratégicas previstas na AL 21 de Calvia, sobre políticas sociais e qualidade de vida, sendo este um projeto muito dinâmico e co-participativo que pretende envolver problemas de educação e formação, trabalho, cultura e igualdade de oportunidades.

Na continuação, o Sr. Zufiar explica detalhadamente a origem e o conteúdo do documento que se apresenta e que pretende estabelecer as bases e compromissos para o emprego e a coesão social em Calvia, delimitando as linhas de atuação previstas na AL21 21 no Pacto Local de Emprego de Calvia. O documento faz um diagnóstico prévio da realidade social e educativa dos cidadãos

de Calvia e estabelecendo 50 medidas de atuação que permitam elaborar programas e projetos concretos de desenvolvimento e aplicação compartilhada entre a Prefeitura e os cidadãos e suas organizações representativas que permitam configurar uma identidade coletiva desenvolvendo pactos de trabalho e integração social, educacional, igualdade e cultura.

Em seguida o representante de UGT, D. Antonio Copete intervém ressaltando que para seu sindicato este é um documento muito importante ao estabelecer linhas de atuação tendente ao equilíbrio social do município e cujas conclusões seriam aplicadas a outros municípios, expressando seu desejo de continuar trabalhando todos juntos para conseguir uma melhor qualidade de vida dos cidadãos de Calvia.

O representante de CCOO, D. José Navarro parabeniza a iniciativa municipal em estabelecer fórmulas e propostas de atuação que permitam reduzir os desequilíbrios sociais existentes, manifestando que a aplicação de muitas das medidas propostas deve ser o resultado de um compromisso político entre a Prefeitura e as organizações sindicais e empresariais e uma meta de todos. O maior objetivo é a existência de um necessário consenso entre todos para garantir a efetiva aplicação das políticas que almejadas.

Ainda assim, o representante de PIMEM D. Enric Molina intervém, dizendo que para a organização que ele representa foi uma satisfação ele ter colaborado com a elaboração do documento apresentado, entendendo que este supõe uma meta que os obriga a uma maior reflexão e a um maior trabalho. Também ressalta que PIMEM quer contribuir para a consecução de um melhor “tecido” social e econômico em Calvia e pede aos membros do Foro que estudem o documento e tragam propostas e sugestões para sua melhora.

D<sup>a</sup>. Ana Reguera, representante da CAEB, manifesta que este documento é uma continuação do Pacto Local de Emprego que foi assinado no exercício passado, e que a CAEB detectou que estão sendo produzidas mudanças na sociedade que requerem investimentos na melhoria de emprego e da coesão social. Por isso, convida as empresas do município a envolver-se no processo e desenvolvimento das 50 atuações que prevê o documento apresentado.

Na continuação diferentes membros do Foro se manifestam, entre eles os senhores Carlos de Zayas, Antonio Galindo, Rafael Garau, Clara del Moral, etc. Eles fazem diferentes perguntas e reflexões sobre o tema, especialmente em matérias de imigração, promoção de emprego, fracasso escolar, integração social e outras, que são respondidas por diferentes membros da mesa.

Em seguida o Sr. Conselheiro Quetglas toma a palavra, dizendo que não quer fazer uma exposição sobre o que já foi debatido, nem apontar juízos de valor sobre o conteúdo do documento apresentado, mas sim fazer reflexões pessoais que são deduzidas das intervenções anteriores. Ele ressalta que nesses momentos, Calvia, Malhorca e Baleares estão sob a mira de administrações de

outras partes que observam o desenrolar dos acontecimentos nesta Comunidade e o resultado de novas medidas e modelos de relação que estão sendo aplicados. Ele menciona que o termo “sustentabilidade” não deve ser entendido unicamente como o estabelecimento de medidas de reconversão territorial, mas também visa garantir a qualidade de vida e o futuro das gerações vindouras, contemplando aspectos meio-ambientais, econômicos e sociais que incidam no desenvolvimento pessoal, no progresso econômico e no progresso social, abandonando a teoria de que existam bens de livre disposição e bens econômicos. Ele finaliza sua apresentação agradecendo ter sido convidado a este Foro e de ter tido a oportunidade de apreciar o trabalho e atuação que está sendo desenvolvido, felicitando além disso aos cidadãos do Foro, aos técnicos e a equipe municipal pelo trabalho realizado.

Ele conclui o ato com a intervenção da Sr<sup>a</sup>.Prefeita, a qual faz um resumo sobre os motivos e circunstâncias que motivaram Calvia a iniciar já há mais de dez anos atuações em matérias de desenvolvimento sustentável. Ela também informa aos membros do Foro sobre as novas atuações previstas em relação a preservação do solo, redução das erosão, massas florestais e litoral, assim como também informa que Calvia, juntamente com outros destinos turísticos tenha se tornado município pioneiro para a Aplicação do Plano Integral de Qualidade Turística. Ela diz que o documento apresentado hoje nos permite contar com um diagnóstico do estado atual da sociedade de Calvia e prever sua evolução nos próximos anos. Além de poder aplicar medidas para evitar os conflitos e desigualdades que pudessem surgir. Ela ainda salienta que este é um documento real, com propostas a serem assumidas e consensuada. Por último agradece aos assistentes, especialmente o Sr. Conselheiro e aos representantes de UGT, CCOO, CAEB e PIMEM.

#### 08/05/02 Sessão Plenária do Foro Conselheiro

“Na sala de exposições da Prefeitura de Calvia, às dezoito horas e dez minutos do dia oito de Maio de dois mil e dois, e respondendo a convocatória realizada pela Prefeitura de Calvia, se reúnem os representantes de diferentes entidades e organizações profissionais, sociais, civis, econômicas e culturais e outros membros a título pessoal que constituem o Foro Conselheiro de Cidadãos, que participa no desenvolvimento do Plano de Ação da Agenda Local 21 para Calvia. Eles estão interessados na apresentação dos projetos “Plano Integral do Litoral de Calvia” e “Pacto Social por um Prjeto Educativo de Calvia”.

A reunião é dirigida por D<sup>a</sup>. Margarita Nájera, Prefeita de Calvia, juntamente com os Tenentes de Prefeito D. Antonio Manchado Lozano, D. Antonio García Salvador e D<sup>a</sup>. Nieves Pacheco Benito.

Também estão presentes, do mesmo modo o Diretor Estratégico de Prefeitura D. Javier Bustamante, o coordenador dos trabalhos da AL 21. D.

Fernando Prats, a Coordenadora da Agenda Local 21 para Calvia D<sup>a</sup>. Carolina Suau e outros técnicos municipais encarregados pela execução dos projetos que se apresentam.

#### I-Plano Integral do Litoral de Calvia

Iniciado o ato, o Sr. Prats realiza uma exposição geral sobre os motivos que levaram a preparação do projeto PILC como projeto especial incluído em diferentes linhas de atuação da Agenda Local 21, atendendo a avaliação e as tendências negativas que se apresentava no setor costeiro. Ele afirma que a finalidade deste projeto é a de estudar particularmente a zona da costa de Calvia e diagnosticar a situação atual de todo o litoral costeiro e a plataforma marinha frente à realização de atuações que permitam sua preservação. Ele ainda explica que a metodologia utilizada na elaboração do projeto, foi similar a que foi utilizada na redação da AL21, e informa que em sua redação o Comitê Científico amplo conhecer da problemática participa. Ele considera que este projeto deve contar uma ampla participação e intervenção dos membros do Foro Conselheiro, como foi feito com o processo de redação e definição do plano de Atuações da AL21 para Calvia, motivo pelo qual se apresenta o projeto a este Foro.

Em seguida o Biólogo Municipal D. Eduardo Cózar informa que, em relação a este projeto, atualmente está sendo estudada uma metodologia para sua aplicação e experimentação na zona de Santa Ponça nos moldes do projeto base e que se estimou reunir esta zona nos diferentes âmbitos em que o projeto global vai atuar: praias, porto, costa rochosa, ilhotas, pradarias de posidonia, etc. Ele destaca o projeto a ser executado para a elaboração de um plano de ação para a zona mencionada, assim como as diferentes iniciativas coincidentes que estão em prática na atualidade para melhorar as condições de nossas zonas costeiras. Ele também relaciona e explica atuações tais como o Plano de gestão de Cala Figuera, o projeto Strategy para evitar a proliferação de algas microscópicas na praia Palmira, a convocatória de concurso de fotografia submarina, a redação de novas ordenanças reguladoras do meio ambiente nas que se prevê um capítulo especial aos usos da costa, recuperação das atividades de educação ambiental e estabelecimento de um sistema de gestão integral de praias. Como elementos de reflexão e debate ele aponta a necessidade de avançar nos estudos sobre regeneração de praias e a criação de recifes artificiais e reservas marinhas.

Em relação ao sistema de gestão integral de praias, o Tenente de Prefeito Sr. Manchado informa que a idéia é estabelecer mecanismos agis de atuação e controles sobre diferentes parâmetros que influenciam na utilização das praias de acordo com programas e indicadores pré-estabelecidos. Com isso, os cidadãos e os visitantes poderão conhecer a todo o momento o estado e as condições de utilização tanto das praias em si, como do mar litoral. O programa pretende garantir a segurança nas praias e mar litoral e programar a realização dos trabalhos de controle de qualidade das águas, estado do mar, limpeza da areia, etc. Também pretende estabelecer procedimentos de atuação dos serviços de emergência nos casos necessários. Ele informa que a intenção do município é que

os indicadores possam ser consultados a qualquer momento através da página municipal da web.

Em relação a atividades de educação meio ambiental a serem realizadas nas zonas costeiras, o técnico municipal D. Juan Cerda informa que reeditou o material didático “Acosta’t a la Costa”, que permitirá aos professores e alunos dos centros escolares realizar tarefas de educação ambiental relacionadas com o meio costeiro e marinho.

Em seguida, é aberta uma rodada de intervenções por parte dos membros do Foro, que formulam diferentes consultas e opiniões em relação aos temas anteriormente expostos, principalmente relacionados à extensão das áreas que afetará o PILC, exercício de competências no âmbito marítimo terrestre, participação de empresários no projeto e ocupação de zonas costeiras com novas edificações. Estas intervenções são respondidas pelo coordenador de trabalhos da AL21 e pela Prefeita, informando amplamente os temas abordados.

## II- Pacto Social por um Projeto Educativo de Calvia

O Tenente de Prefeito Sr. García Salvador informa aos presentes reunidos que, uma vez apresentado aos membros deste Foro na sessão celebrada em Novembro do ano passado o projeto “Impuls Ciutadà 21”, foram iniciadas diversas atuações para sua aplicação e desenvolvimento em nosso município. De fato, refere-se ao “Pacto Social por um Projeto Educativo de Calvia”, o qual é entregue uma documentação informativa aos assistentes, explicando o processo seguido para a mobilização no projeto de pais, professores, alunos e toda a sociedade de Calvia e as previsões de atuações a serem realizadas para resolver os problemas educativos constatados no município. Ele ressalta a extraordinária resposta dada ao projeto por parte daqueles envolvidos no mesmo e os resultados positivos que são esperados, o que sem dúvidas contribuirá para que se consigam os objetivos de coesão social previsto na Agenda local 21. Informa também que nesse momento eles estão trabalhando para a preparação de indicadores que permitam medir o grau de coesão social para poder colocar-los a disposição do Foro.

Um representante dos professores dos centros escolares e um representante das associações de pais de alunos intervêm dizendo que são favoráveis ao processo executado, uma vez que permitiu colocar para debate em uma mesa todos os agentes envolvidos no tema da educação escolar, estudar os problemas existentes e propor soluções que sejam consideradas mais adequadas em cada um dos casos.

Perguntado por diferentes membros do Foro, o Sr. García Salvador informa com maior detalhe sobre certos aspectos concretos do projeto relacionados com a participação de alunos e ex-alunos, a realização de pesquisas e a colaboração de empresários, etc.

O ato é finalizado pela intervenção da Sra. Prefeita, que agradece a presença dos membros do Foro e dos membros do Comitê Científico de redação do PILC, e informa sobre a próxima assinatura de um convênio com a Conselaria de Educação e Cultura para por em execução as novas dotações escolares do município e a reforma das existentes, animando a todos a continuarem trabalhando nos respectivos projetos.

Pode destacar que durante mais de 6 anos de existência da Agenda Local 21 de Calvia, a todo o momento manteve-se uma política de informação, consulta e participação dos agentes locais, que responderam com vontade de colaborar na configuração de um futuro melhor para Calvia, um futuro mais sustentável.

Entendemos que este trabalho contínuo é a melhor forma de que os cidadãos se envolvam na sustentabilidade do desenvolvimento local e geral e de desenvolvimento da atividade turística em particular como a melhor forma de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de Calvia.

Calvia, Outubro de 2003.



This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.